



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSVALDO CRUZ – SP

CNPJ: 53.300.356/0001-07
www.osvaldocruz.sp.gov.br

MINUTA DE CONVÊNIO

RECURSOS FEDERAIS

CONVÊNIO N.º 02 /2023

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSVALDO CRUZ – SP., E O CANTINHO E RECANTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE “ALICE BERNARDES SILVA”.

DOS PARTICÍPES

A Prefeitura do Município de Osvaldo Cruz, com sede a Praça Herminio Elorza, n.º 448, nesta cidade de Osvaldo Cruz - SP, CNPJ n.º 53.300.356/0001-07 representada, neste ato, por seu Prefeito, **Sra VERA LÚCIA ALVES**, portadora do RG n.º 20.648.677-7 e CPF n.º 058.747.708-36, doravante denominada de **CONCEDENTE** e o Cantinho e Recanto da Criança e do Adolescente Alice Bernardes Silva, com sede a Rua Augusta, n.º 189, Vila Califórnia, na cidade de Osvaldo Cruz - SP, inscrito no CNPJ n.º 00.697.481/0001-36, representada por sua presidente **SRA CRISTINA ROVINA**, portadora do RG n. 14.082.21-61 e CPF n.º 069.841.586-0, doravante denominada de **CONVENENTE**, devidamente autorizado pela Lei Ordinária Municipal n.º 2.826 de 05/10/2010, obedecendo aos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com o Plano de Trabalho proposto pela Entidade, parte integrante do presente ajuste, celebram este convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Convênio a transferência de **RECURSOS FINANCEIROS FEDERAIS DO FUNDEB** para o Cantinho e Recanto da Criança e do Adolescente “Alice Bernardes Silva, tendo em vista a execução descentralizada de Programa Governamental Educacional, apoiado pelo **GOVERNO FEDERAL**, a ser desenvolvido pela Entidade, que será destinado ao **Custeio** dos serviços de atendimento à Criança, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado, que faz parte integrante deste convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS METAS E ÁREAS DE TRABALHO

De acordo com o Plano de Trabalho da **CONVENENTE**, esta desenvolverá atividades relativas à área de Atendimento de **CRIANÇA EM CRECHE EM TEMPO INTEGRAL**, sendo: 62 crianças de 0 a 3 anos de idade em Creche – Período Integral.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO

As atividades a serem desenvolvidas pela **CONVENENTE**, serão realizadas durante o período conveniado de acordo com o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO REPASSE

O valor total do presente convênio é de **R\$ 432.355,26 (quatrocentos e trinta e dois mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e vinte e seis centavos)**, de repasse do **GOVERNO FEDERAL - FUNDEB**, onerando o Elemento Econômico do exercício vigente 33.90.39, distribuído conforme o número de matrículas consideradas no FUNDEB em 2022, de acordo com o Censo Escolar realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e valor anual por aluno estimado, de acordo com o Anexo I da Portaria Interministerial nº 06 de 28 de dezembro de 2022 Anexo I, e Fator de Ponderação – Resolução MEC nº 01 de 11 de 28 outubro de 2021 e Censo Escolar do INEP em 2022, da seguinte forma:

-62 crianças em Creche – Período Integral x R\$ 6.339,52 x 1,10 (Fator de Ponderação) = **R\$ 432.355,26 (Anual)**

- § 1º- Os recursos concedidos serão depositados pela convenente em conta corrente específica.

§ 2º- Os saldos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual o superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos de dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar – se em prazos menores que um mês.

§ 3º- Fica vedado a **CONVENENTE** a redistribuição dos recursos a outras Entidades congêneres ou não.

CLÁUSULA QUINTA – DO PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os Recursos Financeiros do FUNDEB repassados a **CONVENENTE** serão aplicados de acordo com o estabelecido no Plano de Aplicação de Recursos apresentado pela beneficiária, elaborado em conformidade com as Leis nº 11.494, de 20/06/2007 e nº 9.394, de 20/12/1996, que faz parte integrante do presente ajuste.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Os Recursos serão liberados a **CONVENENTE** de acordo com os repasses do **GOVERNO FEDERAL** em parcelas iguais as constantes do Plano de Aplicação.

CLÁUSULA SETIMA – DA PREVISÃO DE INICIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto deste convênio pela **CONVENENTE** está prevista com início no dia 01/01/2023 e término no dia 31/12/2023.



CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

O presente convênio vigorará a partir de 01/01 à 31/12/2023, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, até o limite estabelecido na Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser rescindido automaticamente, por inexecução total ou parcial, por quaisquer de suas cláusulas ou condições, da utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Aplicação e, de comum acordo entre as partes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Rescindido ou Extinto o presente convênio, o valor transferido e/ou saldos remanescentes serão devolvidos pela **CONVENENTE** a **CONCEDENTE**, acrescidos de juros e correção monetária, segundo índice oficial, exceto, nas hipótese de caso fortuito ou força maior.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- I- Prestação de contas parcial, mediante apresentação mensal de relatório das atividades desenvolvidas e da aplicação dos recursos financeiros recebidos no mês anterior, bem como de declaração quantitativa de atendimento neste período assinada pelo representante do Cantinho e Recanto da Criança e do Adolescente "Alice Bernardes Silva";
- II- Prestação de contas anual, nos moldes das instruções específicas dos Tribunal de Contas do estado de São Paulo, até dia 31 de Janeiro do exercício subsequente, dos recursos repassados durante o exercício anterior, sem prejuízo das prestações de contas parciais, constituída e acompanhada dos seguintes documentos:

- I - Cópia do convênio, do Plano de Trabalho e do Plano de Aplicação de Recursos;
- II – Comprovações das despesas realizadas, indicando os recursos recebidos e descrever resumidamente os documentos de despesas de conformidade com o anexo (modelo do T.C.E.);
- III – Juntar, ainda, nas comprovações os seguintes documentos:
 - a) Manifestação expressa do Conselho Fiscal ou órgão competente da **CONVENENTE**, sobre a exatidão do montante comprovado, atestando estar depositada eventual parcela ainda não aplicada;
 - b) Declaração da existência de fato e do funcionamento da Entidade, relativa ao período da concessão, firmada por autoridade Pública, Estadual ou Federal, com jurisdição no Município no qual se encontra sediada;
 - c) Cópia do balanço ou demonstração da receita e da despesa, referente ao exercício em que o numerário foi recebido;
 - d) Ficha Contábil;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSVALDO CRUZ – SP

CNPJ: 50.300.368/0001-07
www.osvaldocruz.sp.gov.br

- e) Extratos Bancários da movimentação do período e extratos de aplicação remunerada, se for o caso;
- f) Cópia da Ata da eleição da diretoria em vigência, relativa ao período da concessão e da apresentação da Prestação de Contas;
- g) Relação dos beneficiados com bolsas de estudos e o critério adotado para sua escolha, se for o caso;
- h) Declaração firmada pelo responsável da Entidade Beneficiária que os documentos originais de despesas e outros que fazem parte da Prestação de Contas ficarão arquivados à disposição dos órgãos fiscalizadores podendo ser requisitados para verificação, com a respectiva devolução oportunamente;
- i) Declaração que não há Funcionário Público Municipal, Estadual ou Federal com acumulação remunerada de vencimentos. Caso positivo, apresentar Parecer favorável do órgão competente;
- j) Na hipótese de aquisição de bens móveis e / ou imóveis, apresentar prova dos respectivos registros contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso;
- l) A **CONVENENTE** deverá apresentar juntamente com a Prestação de Contas **UM RELATÓRIO TÉCNICO ANUAL** sobre as atividades desenvolvidas com Recursos Próprios e Verbas Públicas repassadas;
- m) Certidão expedida pelo C.R.C. comprovando habilitação profissional do responsável pelas demonstrações contábeis.
- n) Certidões Negativas de Débitos Previdenciários e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

§ 1º – Além da Prestação de Contas de que trata a presente Cláusula, a **CONVENENTE** deverá apresentar também, de igual modo, as Prestações de Contas **Parcial e Final**, após a liberação da última parcela, no prazo de 30 (trinta) dias

§ 2º - A entidade beneficiária fica autorizada a utilizar os recursos repassados no último mês de vigência estabelecido na cláusula oitava deste convênio, bem como nos derradeiros meses de eventuais prorrogações, durante o prazo de 30 dias, inclusive para a apresentação da Prestação de Contas Final a **CONVENENTE**, no prazo estabelecido no Parágrafo Anterior, nos termos das Instruções nº 01/2020 do T.C.E. SP Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ficando desde já esclarecido que a autorização para a utilização desses recursos não implicará na prorrogação de prazo para a apresentação de contas final a **CONVENENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos recursos concedidos à **CONVENENTE**, ficará por conta do Conselho Municipal da Educação e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção da Educação Básica, que receberá e examinará as comprovações apresentadas e emitirá parecer conclusivo, no prazo máximo de 30 dias, a contar de seu recebimento.

§ 1º- O Conselho Municipal de que trata a presente cláusula, poderá exigir da **CONVENENTE**, no prazo máximo de 30 dias o saneamento de eventuais irregularidades na comprovação apresentada, ou sua entrega, em caso de omissão.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSVALDO CRUZ – SP

CNPJ: 13.350.356/0001-07
www.osvaldocruz.sp.gov.br

§ 2º- A **CONCEDENTE** poderá suspender, por iniciativa própria, novas concessões aos inadimplentes, quando decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, sem a devida regularização comunicando tal fato ao Órgão Fiscalizador no prazo máximo de 15 (quinze) dias, acrescido de cópia da documentação relativa às providências adotadas pela **CONCEDENTE** para regularizar a pendência.

§ 3º- O Conselho Municipal da Educação e Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção da Educação Básica poderá, a seu critério, de forma fundamentada autorizar eventuais solicitações de prorrogações de prazo, para aplicação e Prestação de Contas, bem como alterar sua destinação, sempre amparada em Lei Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – DA CONCEDENTE :

- a) Repassar a **CONVENIENTE** os Recursos do FUNDEB para a execução deste convênio, de acordo com os repasses do **GOVERNO FEDERAL** a sua disponibilidade financeira;
- b) Coordenar, Supervisionar e Fiscalizar a execução do presente convênio através do Conselho Municipal da Educação e Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção da Educação Básica;
- c) Examinar e aprovar a Prestação de Contas, através do Conselho Municipal da Educação e Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção da Educação Básica.

II – DA CONVENIENTE :

- a) Executar o objeto deste convênio em conformidade com os Planos de Trabalho e de Aplicação de Recursos;
- b) Prestar Contas dos Recursos objeto deste convênio na forma estabelecida na cláusula 10ª e seus dispositivos;
- c) As faturas, recibos, notas fiscais ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas, deverão permanecer arquivados pelo período de 5 anos, a disposição da **CONCEDENTE** e do Tribunal de Contas da União.
- d) Indicar, no corpo dos documentos originais das despesas, a subvenção do Recurso Federal do FUNDEB repassado pela Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz, extraindo – se em seguida, as cópias que serão juntadas na prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o FORO da Comarca de Osvaldo Cruz para dirimir quaisquer questões resultantes da execução ou interpretação deste convênio.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSVALDO CRUZ – SP

CNPJ: 53.300.356/0001-07
www.osvaldocruz.sp.gov.br

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo de convênio em quatro vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, retroagindo os seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Prefeitura do Município de Osvaldo Cruz, 02 de janeiro de 2023.

Vera Lúcia Alves

VERA LÚCIA ALVES

CONCEDENTE

Prefeita Municipal

Cristina Rovina

CRISTINA ROVINA

CONVENENTE

Presidente

TESTEMUNHAS :

1 - NOME: *Lucimara pp Reis gonco B*
ASS: *[assinatura]*
RG: *21.354.008-5*
CPF: *117.237.148-28*

2 - NOME: *Silvia Renata Mendes Souza*
ASS: *[assinatura]*
RG: *0-45.01.844-0*
CPF: *87.805.605-78*